

Atitudes socio-políticas e intenção de voto: Restrições à aplicabilidade da Teoria da Acção Racional (*)

ELIZABETH SOUSA (**)

ANA POTES (***)

FRANCISCA VALÉRIO (***)

1. INTRODUÇÃO

O voto pode ser encarado como resultado de uma tentativa de influencia na área das políticas da governação, e/ou pressão de grupos sociais. Para Ajzen e Fishbein (1980), os indivíduos estão conscientes das desvantagens e vantagens de votar em determinado partido político, e, as suas decisões exprimem estas considerações. Isto significa afirmar, na opinião destes autores, que as pessoas tendem a utilizar estratégias racionais de comportamento na sua interacção com outras. Esta assumpção de base definirá uma clivagem, hoje em dia, chave na literatura em Psicologia Social: os que acreditam na racionalidade das condutas que procedem de actividades cognitivas elaboradas *vs* os que acreditam que os indivíduos, seguem muitas vezes actividades automaticas condicionais (Bargh, 1989).

(*) Este artigo tem por base um trabalho de investigação de fim de curso em Investigação Social Aplicada, realizado no Pólo de Beja da Universidade Moderna. Agradece-se a colaboração da Dra. Madalena Costa, na fase inicial do projecto.

(**) Directora da Unidade de Investigação em Psicologia Social, ISPA.

(***) Investigadoras na Unidade de Investigação em Psicologia Social, ISPA.

1.1. *As atitudes e a Psicologia Política*

De entre as áreas tradicionalmente privilegiadas na psicologia social, com repercursões fortes na psicologia política, a das atitudes ocupa um lugar de destaque (cf. por exemplo Sears, 1969). Em parte, o esforço de visibilidade do conceito ficará a dever-se a Allport (1935) e Murphy, Murphy e Newcomb (1937), mas terá sido Thomas e Znaniecki (1918) quem desencadeou o interesse por ele. A atitude corresponde a um estado interno do indivíduo, expresso por uma avaliação seja a classe da resposta cognitiva (pensamentos sobre o objecto), afectiva (emoções e sentimentos face ao objecto) ou comportamental (acções face ao objecto) (Lima, 1993; Stahlberg, & Frey, 1988).

De entre as várias teorizações sobre atitudes as que se centram na intenção são de extrema importância porquanto permitiriam prever um comportamento com alguma antecedência, embora se coloquem questões relacionadas com o tempo que medeia a intenção do comportamento. De acordo com a teoria da acção racional de Ajzen e Fishbein a intenção de um indivíduo é função de dois determinantes básicos:

Atitude Comportamental – grau em que o indivíduo tem uma avaliação favorável ou desfa-

vorável do comportamento em questão (Ajzen, 1988; Stahlberg, & Frey, 1988).

Norma subjectiva – a pressão social percebida para desempenhar ou não o comportamento (Ajzen, 1988; Fishbein, & Ajzen, 1975).

Os indivíduos terão a intenção de desempenhar um comportamento quando o avaliam positivamente e quando acreditam que os outros que são importantes para eles pensam que eles o devem desempenhar (Fishbein, & Ajzen, 1981). A teoria da acção racional (Ajzen, & Fishbein, 1980) sustenta que a importância de cada uma destas componentes (atitude e norma subjectiva), para a intenção varia com o comportamento em questão, com a situação e da população alvo de investigação. Contudo, quer a norma subjectiva, quer a atitude são determinadas por crenças de diversa ordem (Fishbein, & Ajzen, 1981). Segundo os autores, na maior parte das circunstâncias, um pequeno número de crenças serve como determinante da intenção. A atitude é proposta como sendo uma função de crenças comportamentais salientes acerca das consequências percebidas do comportamento e pela avaliação dessas consequências de um modo valorativo-expectante (Pieters, 1988). A norma subjectiva é determinada por crenças normativas, ou seja, expectativas sobre o que os outros pensam que se deve fazer e a motivação para cumprir essas normas (Stahlberg, & Frey, 1988). Prislín (1987) sugere a importância da variável relevância do objecto da atitude. A teoria da acção racional tem sido alvo de algumas críticas e de modificações. Uma dessas críticas partiu de autores como Bentler e Speckart (1979). Para eles, o comportamento passado é um importante elemento preditivo do comportamento do sujeito, que se manifesta directamente nas intenções e no comportamento, e, não indirectamente como o assumiu a teoria da Acção Racional (Ajzen, & Fishbein, 1980). Reconhecendo que muitos tipos de comportamentos não são completamente volitivos, Ajzen (1988, 1991) propôs uma versão revista da teoria da acção racional a que viria a chamar de teoria do comportamento planeado. O raciocínio foi o de que quanto maior o controlo percebido sobre o comportamento maior a tendência para o desempenhar. Inversamente, quanto menor o controlo percebido, menor a tendência para o comportamento. O controlo percebido sobre o

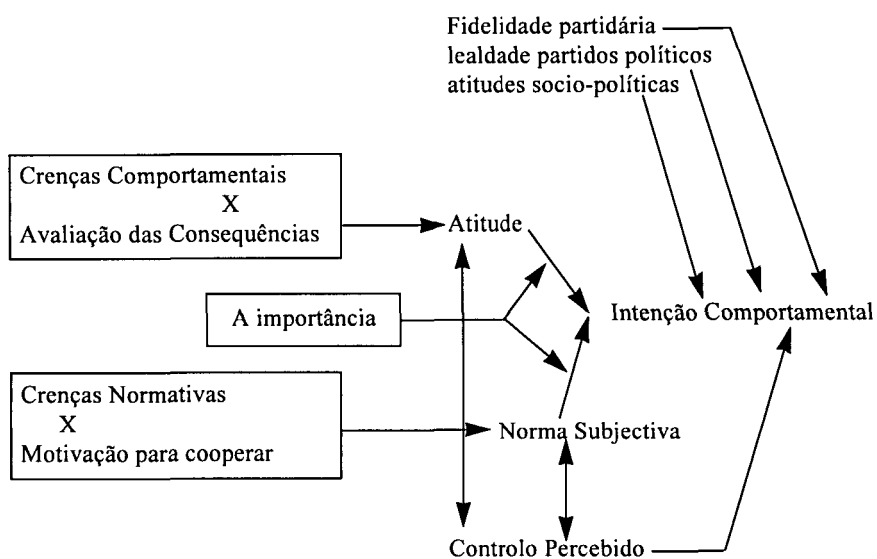
comportamento aparece, assim, como um determinante directo quer da intenção quer do comportamento (cf. a este propósito Parker, Mansstead, Stradling, & Reason, 1992).

1.2. *O contexto da Pesquisa: As Eleições para o Parlamento Europeu*

As eleições para o Parlamento Europeu, correspondem a uma realidade relativamente recente no nosso país. Os cidadãos não detêm muita informação sobre o papel do Parlamento Europeu, aliás com peso político muito reduzido na orgânica comunitária até ao Acto Único que veio responder à necessidade de democratizar o sistema de decisão (Ehlermann, 1988). A instituição de eleições livres para o Parlamento em 1979 vem alterar a sua significação no contexto da Comunidade Europeia. O Parlamento Europeu, uma espécie de Câmara dos representantes do povo, por oposição ao Conselho – uma espécie de Câmara dos Estados – (Domesticci-Met, 1987), tem: (a) poderes fiscalizadores definidos pelo Tratado de Roma nos quais se inclui o poder de demitir a Comissão (cujas consequências seriam terríveis), (b) poderes orçamentais consideráveis, (c) poderes legislativos de carácter consultivo que viria a ser reforçado pelo Acto Único, apesar de ainda hoje não ser comparável ao dos Parlamentos nacionais (Mattera, 1990); e, o poder de elaborar relatórios sobre matérias consideradas pertinentes.

O Parlamento Europeu, enquanto objecto de estudo das atitudes, reveste-se de interesse considerável para a Psicologia Política, pelos indicadores que pode fornecer. Neste estudo, para além da variáveis atitude e norma subjectiva da teoria de Ajzen e Fishbein (1980), foram consideradas as atitudes socio-políticas dos inquiridos (cf. Soczka, 1983a), a fidelidade partidária, e, a lealdade dos líderes partidários relativamente aos seus próprios partidos, na óptica dos cidadãos inquiridos. A inclusão desta variável prende-se com o facto de ela emergir dos discursos espontâneos em estudos anteriores sobre matérias nas quais os Estados voluntariamente aceitaram delegar a decisão num poder supranacional de que fazem parte (cf. Sousa, 1993; Sousa, & Valério, em preparação). As atitudes socio-políticas dos inquiridos foram medidas em termos de um instrumento desenvolvido e

FIGURA 1
O modelo testado



validado para a população portuguesa por Soczka (1983a). Segundo este autor, a estrutura das atitudes socio-políticas em Portugal (no pós 25 de Abril de 1974) revela oito «clusters», agrupados numa estrutura trifactorial de segunda ordem: conservadorismo-progressismo, belicismo-pacifismo e anomia-pronomia (Soczka, 1993b; Vala, 1986). Na década de 90 existem alguns indícios de um re-arranjo atitudinal. Na sua versão de 36 itens, correspondente a apenas 6 grupos atitudinais (pacifismo, religionismo, ecologismo, socialismo, conservadorismo e anomia), Silva (1995) encontra dois factores. O primeiro é um factor composto por itens de ausência de religiosidade e socialismo, e, o segundo é composto por itens de religiosidade e de conservadorismo. Curiosamente, o interesse nas diferentes escalas mantém-se porquanto elas discriminam os maiores partidos nacionais.

Neste estudo foi utilizada a versão de 48 itens da Sopol, hipotetizando-se a influência directa das atitudes socio-políticas na intenção de voto. A identificação partidária tem sido analisada enquanto fonte de variação nos padrões de voto (ex. Conover, 1984; Koch, 1994), embora a sua significação específica seja variável. Este conceito tem sido considerado importante para

compreender a formação das preferências políticas no seio da sociedade. Neste estudo, optámos pelo conceito de fidelidade partidária. Parece-nos que este conceito nos dá a faceta mais estável da identificação (cf. Figura 1).

A informação fornecida por este estudo é de natureza correlacional. Os dados foram recolhidos nos dois meses que antecederam o acto eleitoral.

2. MÉTODO

2.1. Sujeitos

Dos indivíduos contactados na Zona Sul do país, apenas 100 aceitaram responder ao questionário, tendo-o completado. 51 são do sexo feminino e 49 do sexo masculino. As habilitações literárias variam entre saber-ler-e-escrever e a licenciatura. As actividades profissionais são variadas.

2.2. Instrumento

Um questionário composto por um conjunto

QUADRO 1

Análise das correlações entre as variáveis da teoria da acção racional e as variáveis lealdade partido à ideologia/programa que é suposto servir, e, a identificação partidária

	Preocup	Atitude	NorSub	Intenção	LealPart	Identif
Importância	.08	-.19**	-.15**	.05	.09	.09
Preocupação		-.13*	.07	-.03	-.13*	-.14*
Controlo	-.11	.14*	-.13*	.03	.04	.16*
Atitude			.11	.12	.56***	.18**
Nor Subjectiva				-.06	-.07	.10
Intenção					.19**	.22**

* <=.10; ** <.05; ***<.001

de questões pertinentes para as variáveis do Teoria da Acção Racional (as crenças em matéria de voto, o valor que esta assumem para o indivíduo (positivo/negativo), crenças sobre os Outros relevantes em termos da norma subjectiva, a motivação para cooperar na situação específica, o controlo percebido sobre o objecto) em escalas de 5 pontos, uma questão sobre a identificação partidária operacionalizada em termos da consistência do voto em determinada formação partidária, uma sobre a lealdade dos líderes partidários em relação ao fundamento ideológico do partido na óptica dos sujeitos, uma sobre hábito de voto e, uma escala de atitudes socio-políticas (Soczka, 1983a), na sua versão de 48 itens correspondendo a oito grupos atitudinais: pacifismo, religionismo, socialismo, conservadorismo, desconfiança em relação às instituições, ecologismo, individualismo liberalista e pragmatismo. Cada um destes grupos inclui seis itens.

O primeiro conjunto de questões resulta de um pré-teste, tendo algumas questões sido reformuladas. Na sua versão final este conjunto compreende três itens por variável.

2.3. Procedimento

Os inquiridos responderam individualmente ao questionário, sem tempo limite de resposta. Foi garantido o anonimato e a total confidencia-

lidade das informações fornecidas, não devendo os sujeitos identificar-se.

3. RESULTADOS

A análise descritiva permitiu constatar que: (a) os inquiridos não consideram que os partidos sejam fiéis à ideologia/programa que advogam (M=1.59, DP=.87), (b) não percebem ter controlo sobre o objecto em análise (M=1.99, DP=1.22), apesar de afirmarem ter intenção de votar (M=4.58, DP=.94), e, de habitualmente votarem nos actos eleitorais (M=4.35, DP=1.12).

Procedeu-se à análise de correlações entre as variáveis consideradas na teoria de atitudes de Ajzen e Fisbein, tendo-se incluído a consistência e a lealdade dos partidos às ideologias/programas que os fundamentam (cf. Quadro 1).

Os resultados revelam fracas correlações entre variáveis – preditores e a intenção. A atitude e a norma subjectiva não se relacionaram com a intenção. Constata-se uma correlação significativa entre intenção e identificação partidária, e, entre a intenção e a lealdade do partido aos ideais que advoga.

Procedeu-se, em seguida, a uma análise factorial exploratória dos itens da escala de atitudes socio-políticas Sopol dado o N reduzido da amostra. É um facto que se poderia ter optado por

«dobrar» a matriz para efeito de tratamento dos dados. No entanto, existem alguns problemas com este tipo de «démarche» pelo que não o fizemos. Emergiram cinco factores: um primeiro factor de Religiosidade¹ (inclui cinco dos seis itens originais da escala) explicativo de 15% da variância da matriz do questionário de atitudes socio-políticas, o segundo factor é fundamentalmente composto por um item da escala de desconfiança em relação às instituições associado a 10% da variância da matriz da Sopol, o terceiro factor composto por 2 itens (7% da matriz), o quarto – conservadorismo (composto por 2 dos seis itens da escala inicial e por um da escala de ecologismo; (7% da matriz), e o quinto factor – socialismo (composto por três itens da escala inicial de socialismo; (5% da variância da matriz Sopol), (cf. Quadro 2). Estes cinco factores explicam, portanto, 44% da variância da matriz dos dados da Sopol.²

Dado o carácter exploratório da análise factorial, analisámos as correlações das oito escalas originais da Sopol (na composição original de 6 itens por escala) com a intenção de voto. Apenas as escalas de socialismo e de individualismo liberalista apresentaram valores significativos com a intenção de voto. Submeteram-se, em seguida, separadamente, estes dois grupos atitudinais a uma análise de regressão múltipla tomando como variável dependente a intenção de voto. Para a escala socialismo, os resultados revelaram a pertinência de dois itens da escala: «não à propriedade privada, sim ao socialismo» ($\beta=-.28$, $T=2,53$, $p=.01$) e «uma sociedade sem classes é impossível» ($\beta=.23$, $T=2,31$, $p=.02$) para um valor de $F=7.05$, $p=.009$. Quanto maior a crença no socialismo menor a intenção de voto. Para a escala individualismo liberalista apenas dois itens predisseram a intenção de voto: «as minorias nacionais têm o direito de se governar por si-próprias» ($\beta=-.34$, $T=-3.13$, $p=.002$), e, «a vida é tão curta que uma pessoa tem razão em go-

zá-la o mais que pode, sem se preocupar com os outros» ($\beta=-.20$, $T=-1.87$, $p=.06$) para um valor de $F=4.57$, $p=.0004$. Quanto maior a crença no individualismo liberalista tal como ele é enunciado por estes itens menor a intenção de voto.

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Neste estudo a teoria da acção racional de Ajzen e Fishbein (1980) não se revelou preditiva do comportamento de voto. A hipótese prevista na teoria de uma relação entre atitude e intenção e entre norma subjectiva e intenção não teve suporte empírico. No entanto, apesar de não significativa a correlação entre atitude e intenção, consistente com esta teoria, revelou-se mais importante que a correlação norma subjectiva-intenção. Este resultado parece corroborar o que pode ser considerado o ponto de vista, sobre esta matéria, da Escola de Michigan que pressupõe que a componente atitudinal é um determinante mais importante das intenções de voto do que a componente normativa (cf. por exemplo Hoogstraten, Haan, & Horst, 1985), com implicações para a área da influência social (tão acarinhada pela Psicologia Política). O raciocínio político não é eliminado pelo conformismo ou pressões do grupo (Lane, 1973).

Um aspecto interessante dos dados do presente estudo é a sua consistência com a teoria do comportamento planeado (Ajzen, 1988, 1991), ao revelarem ausência do controlo percebido, um determinante directo quer da intenção quer do comportamento sobre o objecto. De alguma forma inesperado, no contexto do comportamento de voto, importa explorar a sua significação em estudos futuros, porquanto a teoria sustenta que na ausência de controlo percebido, os indivíduos não tenderão a ter intenção de desempenhar o comportamento, nem a desempenhá-lo, o que a verificar-se, do ponto de vista da democracia seria preocupante. Já nos anos sessenta, Almond e Verba (1963) demonstraram que o sentido da eficácia política é do ponto de vista dos cidadãos um aspecto crucial da cultura cívica. Douvan e Walker (1956) forneceram suporte empírico para a ideia de que o sentido de eficácia nos assuntos da vida pública está relacionado de algum modo com sentimentos de competência. Se a pessoa

¹ Apesar de Sozcka (1983) o definir como religiosismo, preferimos a designação de religiosidade na sequência da argumentação de Silva (1995) a propósito do fanatismo que seria implícito ao primeiro.

² Os arranjos previstos pela SOPOL mantêm-se mas são fracos em termos das correlações obtidas com os factores.

QUADRO 2
Estrutura factorial exploratória dos itens da Sopol (após rotação varimax)

	F1	F2	F3	F4	F5
O Universo foi criado por Deus	.83				
A ideia de Deus é uma invenção do espírito humano	-.83				
Cristo era filho de Deus e diferente dos outros homens	.76				
Não há vida depois da morte	-.74				
As crenças religiosas de todos os géneros não passam de superstições	-.71				
Quanto menos governo houver melhor		.68			
Não é por eu votar que as coisas se vão alterar			.74		
As minorias nacionais têm o direito de se governar por si			.73		
O consumo de drogas entre os jovens é um exemplo da degradação moral da nossa sociedade				.80	
É lamentável que a moderna imoralidade sexual destrua as relações matrimoniais que são a base da civilização				.54	
Uma paz verdadeira só será possível num mundo socialista					.79
Em última análise devia ser abolida a propriedade privada e instaurado o socialismo total					.77
Os especuladores e os capitalistas são os grandes responsáveis pelas nossas dificuldades económicas					.53

não se sente competente na área da política garante a sua ineficácia ao não participar. Se, pelo contrário, se sente competente tende a intervir. Rotter (1966), centrado nas diferenças individuais, viria a designar esta variável de locus de controlo. Recusamos esta hipótese na medida em que os resultados apontam para uma quase total ausência de controlo percebido sobre a situação, nos indivíduos inquiridos. Uma leitura em termos do raciocínio político (cf. por ex. Lane, 1973; Silva, 1995) parece-nos mais heurística, e, necessária em futuros estudos, porquanto no acto eleitoral em causa a taxa de abstenção foi invulgarmente elevada.

É curioso notar um outro aspecto de alguma

forma complementar deste raciocínio. A lealdade dos partidos aos seus ideais/programas que são supostos defender, revelou-se uma variável preditora da intenção de voto no acto eleitoral para o Parlamento Europeu, mas, os inquiridos não percebem lealdade no momento político. A sua intenção de voto aparece relacionada com a identificação partidária, ainda que não tenha sido possível destrinçar os grupos partidários de identificação (os inquiridos recusaram-se a nomear a sua identificação partidária). Este resultado é consistente com os estudos realizados no âmbito da Psicologia Política, nomeadamente os de Conover (1988). Num estudo em curso procuramos analisar os aspectos cognitivos e afectivos

da identificação política, dado o seu contributo diferencial para a possibilidade de flutuação eleitoral.

Um outro aspecto digno de nota é o facto do socialismo e do liberalismo individualista enquanto «clusters» das atitudes socio-políticas dos inquiridos (Soczka, 1983a, 1983b) se terem mostrado preditivos da intenção de voto. Ambos, indicam uma relação inversa com a intenção de voto.

Outras reflexões podem ser suscitadas pelo presente padrão de resultados.

No que respeita à formação da atitude, Fazio (1986) e Fazio e Zanna (1981) sugerem que atitudes baseadas na experiência directa têm maior relação com o comportamento, quando comparadas com aquelas que resultam da experiência indirecta. A explicação que eles fornecem é a de aumentos ao nível da complexidade cognitiva com tradução ao nível da acessibilidade, superiores no primeiro caso. No presente estudo, de natureza correlacional, analisando *a posteriori* o perfil dos inquiridos, que voluntariamente aceitaram responder ao inquérito, uma grande parte dos inquiridos indica experiência directa com o objecto da atitude, donde se poderia esperar uma relação entre atitude e intenção, o que não aconteceu. Este estudo sugere outras variáveis não consideradas até ao momento na área das atitudes.

A reflexão clássica da relação entre atitude e comportamentos continua actual. Nos anos 60 ela colocou-se. Nos anos 70, face à ausência de resultados satisfatórios em áreas sensíveis, Wicker (1971) sugeria o abandono do conceito, o que veio a acontecer durante algum tempo. Os trabalhos de autores como Ajzen e Fishbein (1980; Ajzen, 1991) viriam a reabilitá-lo. Mas, a realidade continua a surpreender...

«A pólis são os cidadãos e não as muralhas nem os barcos viúvos de homens.»

Tulcídides (7.77.7)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Ajzen, I. (1987). Attitudes, traits and actions: Dispositional prediction of behavior in personality and social psychology. In Berkowitz (Ed), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 20, pp. 1-63). San Diego: Academic Press, Inc.
- Ajzen, I. (1988). *Attitudes, personality and behavior*. Milton Keynes: Open University Press.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 179-211.
- Allport, G. (1935). Attitudes. In C. Murchison (Ed.) *A handbook of social psychology*. Worcester, Mass: Clark University Press. Reimpresso in G. Allport (1950) *The nature of personality*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- Bargh, J. (1989). Conditional automaticity: Varieties of automatic influence in social perception and cognition. In J. Uleman, & J. Bargh (Eds), *Unintended thought limits, intention and control*. New York: Guilford.
- Bentler, P., & Speckart, G. (1979). Models of attitude-behavior relations. *Psychological Review*, 86, 452-464.
- Berelson, B., Lazarsfeld, P., & McPhee, W. (1954). *Voting: A study of opinion formation in a presidential election*. Chicago: University of Chicago Press.
- Budd, R., & Spencer, C. (1985). Exploring the role of personal normative beliefs in the theory of reasoned action: The problem of discriminating between alternative path models. *European Journal of Social Psychology*, 15, 299-313.
- Conover, P. (1984). The influence of group identifications on political perception and evaluation. *Journal of Politics*, 33, 139-166.
- Domesticci-Met, M. (1987). Les procédures législatives communautaires après l'Acte Unique. *Revue du Marché Commun*, 310, 556-571.
- Echabe, A. E., Rovira, D. P., & Garate, J. F. (1988). Testing Ajzen and Fishbein's attitudes model: The prediction of voting. *European Journal of Social Psychology*, 18, 181-189.
- Ehlermann, C. (1988). Compétences d'exécution conférées à la commission. La nouvelle décision – cadre du Conseil. *Revue de Marché Commun*, 316, 232-239.
- Fazio, R., & Zanna, M. (1981). Direct experience and attitude-behavior consistency. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (vol. 14), New York: Academic Press.
- Fazio, R. (1986). How do attitudes guide behavior? In R. M. Sorrentino, & T.E. Higgins (Eds), *Handbook of motivation and cognition. Foundations of social behavior* (pp. 204-243). New York: John Wiley and Sons.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, Attitude, Intention and Behavior*. Reading, MA: Addison-Wesley.

- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1981). Attitudes and voting behavior: An application of the theory of reasoned action. In G. M. Stephenson, & J. M. Davis (Eds), *Progress in applied social psychology* (Vol. I, pp. 253-313). New York: John Wiley and Sons.
- Hoogstraten, J., Haan, W., & Horst, G. (1985). Stimulating the demand for dental care: An application of Ajzen and Fishbein's theory of reasoned action. *European Journal of Social Psychology*, 15, 401-414.
- Koch, J. (1994). Group identification in political context. *Political Psychology*, 15, 687-694.
- Lane, R. (1973). Patterns of political belief. In J. Knutson (Ed.), *Handbook of political psychology*. S. Francisco: Jossey-Bass Publ.
- Lima, L. (1993). Atitudes. In J. Vala, & M. Monteiro (Eds.), *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mattera, A. (1990). *Le marché unique européen*. Paris: Jupiter.
- McGuire, W. (1985). Attitudes and attitude change. In G. Lindzey, & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology* (Vol. II, pp. 233-346). New York: Newbery Award Records, Inc.
- Murphy, G., Murphy, L., & Newcomb, T. (Ed.) (1937). *Experimental social psychology*. New York: Harper.
- Parker, D., Manstead, A., Stradling, S., & Reason, J. (1992). Intention to commit violation: An application of the theory of planned behavior. *Journal of Applied Psychology*, 77, 94-101.
- Pieters, R. (1988). Attitude-behavior relationship. In W. Van Raaij, G. Van Veldhoven, & K. Wörneid (Eds.), *Handbook of economic psychology*. Dordrecht: Kluwer.
- Prislin, R. (1987). Attitude-behavior relationship: Attitude relevance and behavior relevance. *European Journal of Social Psychology*, 17, 483-485.
- Sears, D. (1969). Political behavior. In G. Lindzey, & Aronson (Eds.). *Handbook of social psychology* (Vol 5). California: Addison-Wesley.
- Silva, C. (1995). *Orientação política, partidária e raciocínio moral*. Dissertação de fim de curso na Área da Psicologia Social, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Soczka, L. (1983a). *Sopol - Estudo factorial de um questionário de atitudes sociais e políticas validado para a população portuguesa*. Lisboa: LNEC.
- Soczka, L. (1983b). A estrutura das atitudes socio-políticas em Portugal. *Psicologia*, 4, 223-238.
- Sousa, E. (1993). *The effects of C.A.P. on Portuguese agriculture*. Workshop «National Identities in Europe» incluído no General Meeting da E.A.E. S.P. Lisboa.
- Sousa, E., & Valério, F. (em preparação). *As atitudes socio-políticas nas eleições legislativas de 1994*. Artigo em preparação.
- Stahlberg, D., & Frey, D. (1988). Attitudes I: Structure, measurement and functions. In M. Hewstone, W. Stroebe, J. P. Codol, & G. Stephenson (Eds), *Introduction to social psychology* (pp. 142-164). New York: Basil Blackwell, Ltd.
- Thomas, W., & Znaniecki, F. (1918). *The Polish Peasant in Europe and America* (Vol 1). Boston: Badger.
- Vala, J. (1986). Perspectivas psico-culturais e psico-sociais e estudo das culturas políticas na sociedade portuguesa. *Revista de Ciência Política*, 4, 23-35.
- Wicker, A. (1971). An examination of the «other variables» explanation of attitude-behavior inconsistency. *Journal of Personality and Social Psychology*, 19, 18-30.

RESUMO

Este estudo teve como objectivo analisar as determinantes da intenção de voto no contexto das eleições para o Parlamento Europeu. Como substrato teórico considerou-se a teoria da acção racional de Ajzen e Fishbein (1980), tendo sido inquiridos cidadãos eleitores de ambos os sexos na Zona Sul do país, na sua maior parte identificados com uma força partidária. No momento político considerado, os resultados não ofereceram suporte empírico para a teoria da acção racional, mas sim para a teoria do comportamento planeado de Ajzen (1988), sugerindo ainda o papel central de dois grupos atitudinais da escala de atitudes socio-políticas Sopol (Soczka, 1983a); o socialismo e o individualismo liberalista. Por fim, os resultados mostram a lealdade dos partidos ao seu fundamento ideológico, e a fidelidade partidária como outros preditores da intenção.

ABSTRACT

The aim of this research was to test Ajzen and Fishbein's (1980) theory of reasoned action in the context of the Portuguese elections to the European Parliament. The results did not support the theory. Unexpectedly, they provide partial support for the theory of planned behavior. Furthermore, they point out to the central role of other variables such as party loyalty to its ideological core values, and two socio-political attitude clusters as measured by the Sopol (Soczka, 1983a): socialism and individual liberalism. The more subjects believe in one of these two attitudinal clusters the less they intend to vote.